

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

Maria do Carmo Gaetani de Oliveira

**GESTÃO DAS AÇÕES DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES
ESPECIAIS EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE PORTO ALEGRE, RS**

Porto Alegre
2015

Maria do Carmo Gaetani de Oliveira

**GESTÃO DAS AÇÕES DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES
ESPECIAIS EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE PORTO ALEGRE, RS**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Escolar, do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Programa de Pós Graduação em Educação, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora:

Profa. Dra. Regina Maria Duarte Scherer

Porto Alegre
2015

AGRADECIMENTOS

Ao concluir este trabalho gostaria de agradecer...

... muitíssimo a minha orientadora a Professora Maria Regina Duarte Scherer, por ter me delegado toda a liberdade de conduzir este projeto, além das oportunidades de trabalho e ensinamentos valiosos que permitiram a minha permanência no curso. Valeu toda a fé, cada “puxão de orelha” e cada momento de inspiração que me ajudou a *aprender a construir as minhas próprias pontes*, e daí, avançar;

... a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela dedicação e disponibilidade;

... também a competência e o atendimento excepcional da Anita Raquel Grandó com seu bom humor inabalável e paciência, durante toda a orientação;

... aos amigos: Ricardo Burgo Braga pela sua dedicação e disponibilidade. A minha amiga Eloisa Helena Pereira pela compreensão e paciência. A minha colega Cristiane D’Ávila por ter me incentivado a fazer o curso;

... ao meu marido Luis Felipe por todo o apoio técnico e moral, paciência, constante bom humor e solidariedade.

Por fim, devo, ainda, reconhecer o imenso apoio de muitos companheiras e companheiros de jornadas – todos me estimularam a acreditar no valor de ser curiosa e compreender as coisas a minha volta. Constantemente, contribuem para a minha formação e informação.

Eu sou eternamente grata por tudo que toda essa gente me ofereceu.

RESUMO

Esse trabalho apresenta o resultado de um Projeto de Intervenção que teve como foco tratar da inclusão em uma escola pública estadual de ensino fundamental na zona leste do município de Porto Alegre. As ações foram desenvolvidas de julho de 2014 a junho de 2015, e tiveram como referencial teórico autores como Silva e Arruda (2013), Cury (2002), Franco (2005) e Mantoan (2003), dentre outros. A intenção dessas práticas foi identificar e analisar intencionalidades e significados da produção individual das pessoas que trabalham e/ou se envolvem com os alunos com necessidades especiais. Ao desafiar, logo desacomodar, o senso comum dos educadores na EI, promoveu-se as possibilidades de incluir alunos com necessidades especiais no cotidiano da escola e discutir o trabalho realizado com estes alunos. Os resultados mais relevantes dessa avaliação indicam que o processo de inclusão na EI avançou significativamente. A população de alunos com necessidades especiais incluídas nas atividades regulares na escola conta, atualmente, com 50 alunos. Contudo, permanecem grandes desafios quanto à insegurança dos educadores e questões de preconceito envolvendo pais e os demais alunos. Para a revisão contínua do PPP e suas ações, propõem-se a construção de um conjunto de elementos/ métricas, que servirão de indicadores de sucesso da gestão do Projeto de Inclusão.

Palavras-chaves: **Escola Pública. Gestão Democrática. Necessidades Especiais.**

LISTA DE ABREVIATURAS

| | |
|---------------|--|
| AEE | Atendimento Educacional Especializado |
| Alunos | Alunos com Necessidades Especiais |
| EI | Escola Independência |
| LDBEN | Lei de Diretrizes e Bases do Ensino Nacional |
| MEC | Ministério da Educação |
| PI | Projeto de Intervenção |
| PPP | Plano Político Pedagógico |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 6 |
| 2 | REFERENCIAL TEÓRICO | 10 |
| 2.1 | OS CONCEITOS E A PRÁTICA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA | 10 |
| 2.2 | A CONSTRUÇÃO DO PLANO POLÍTICO PEDAGÓGICO | 12 |
| 2.3 | O DIRETO A EDUCAÇÃO ESCOLAR | 14 |
| 2.4 | A EDUCAÇÃO ESPECIAL | 15 |
| 3 | METODOLOGIA | 20 |
| 4 | AÇÕES ANALISADAS | 23 |
| 4.1 | ENCONTRO COM OS PROFESSORES | 23 |
| 4.2 | OFICINA DA UNIRITTER | 28 |
| 4.3 | ENCONTRO COM OS PAIS | 30 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 31 |
| | REFERÊNCIAS | 34 |
| | ANEXOS | 37 |
| | ANEXO A | 38 |
| | ANEXO B | 39 |
| | ANEXO C | 40 |
| | ANEXO D | 41 |
| | ANEXO E | 42 |
| | ANEXO F | 43 |
| | ANEXO G | 44 |
| | ANEXO H | 45 |

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta a análise de um conjunto de esforços de planejamento e ações pedagógicas realizadas junto ao corpo docente em uma escola da rede pública de ensino estadual do Rio Grande do Sul, oportunamente identificada com a sigla EI, orientado para ressignificar a inclusão no contexto escolar.

Fundada em 1939, a Escola Independência - EI, considerada uma escola de periferia, situa-se na zona Leste de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. A EI contempla alunos da Educação Infantil até o 9º ano do Ensino Fundamental, durante o dia, e a Educação de Jovens Adultos, oferecida no turno da noite. O número total de alunos da escola, de acordo com as matrículas registradas no mês de março de 2015, foi de 800 alunos, sendo que esta população sofre alterações ao longo do ano, devido às transferências e/ou novas matrículas. A Escola conta com 70 servidores, distribuídos entre professores e funcionários.

A situação socioeconômica da comunidade caracteriza-se por ser de baixo poder aquisitivo. A escola conta com o Programa Mais Educação, além de outros benefícios, oferece aos alunos economicamente carentes a possibilidade de permanecerem na escola em turno integral. Somado às aulas regulares, esse programa oferece atividades extracurriculares e três refeições complementares, favorecendo a permanência dos alunos na escola. Como indicador da importância desse programa para a comunidade da EI, estima-se que 240 alunos foram beneficiados diretamente por esse programa, em 2014.

De maneira geral, a comunidade mostra-se participativa e interessada no processo educativo, comparecendo à escola nas atividades culturais, esportivas, reuniões pedagógicas, participando do Conselho de Pais e Mestres, enfim, sempre que existir situações onde a parceria escola e família são fundamentais se a prioridade seja o sucesso da educação de todos os indivíduos da Instituição.

A EI mantém no seu quadro docente uma professora que atua no atendimento de alunos com deficiência desde 1991. Nesse sentido, cabe observar que, até 2002, a EI oferecia uma “Classe Especial” somente para os Alunos matriculados na EI. A escola possui uma sala de recursos dedicada, onde atende a um universo de trinta alunos oriundos da região escolar circunscrita a EI. Nesse

ambiente, a professora especializada realiza o trabalho qualificado com Alunos, somente durante o dia.

Neste sentido, temos como referência que a educação especial e inclusiva é um desafio importante a ser posto em prática pela Educação Básica. Segundo Baptista (2011), “[...] a escola pública oferece um lócus para observação de uma miríade de fenômenos de comportamento que desestimulam e/ou promovem a inclusão de crianças com necessidades especiais.” Assim, é importante que haja uma atualização do Projeto Político Pedagógico - PPP de cada escola de modo que este tema faça parte do conteúdo do mesmo.

Cabe destacar que o Projeto Político-Pedagógico da Escola Independência é do ano de 2002, portanto defasado e necessitando de reformulação, visto que muitas das alterações referentes à inclusão não fazem parte do documento em vigência.

A Educação Especial e Inclusiva é uma realidade, imposição das necessidades do nosso tempo. A escola, em especial a pública, é um local onde por suas características conseguimos observar a exclusão e, também por essas características, é um local privilegiado para fazermos essa inclusão. É importante que haja uma reformulação e atualização do PPP da Escola, onde os alunos com deficiência e que frequentam as escolas ditas regulares mobilizem a sociedade fazendo com que a mesma tenha um novo olhar frente às diferenças humanas fazendo da inclusão um processo gradual e definitivo.

Nosso principal objetivo é envolver toda a Comunidade Escolar no processo de inclusão efetiva, estabelecendo mecanismos capazes de efetivá-las evitando a exclusão. Dentro do PPP trabalharemos a Inclusão Escolar, visto que a Educação Especial Inclusiva é uma realidade atual presente na nossa escola, onde contamos com vários alunos com necessidades especiais. Isso quer dizer que estamos fazendo parte de uma transformação da sociedade como um todo, na maneira de pensar e principalmente na maneira de encarar as diferenças existentes entre seus membros e que durante muito tempo foram escondidos e mascarados, isto é, excluídos.

Objetivamente, esse trabalho apresenta o conjunto das ações que integram o Projeto de Intervenção – PI desenvolvido na EI, entre junho de 2014 a junho de 2015. O PI se efetivou através de: 1) análise dos documentos oficiais da escola; 2) realização de entrevistas com a comunidade escolar local; e 3) levantamento das

observações pontuais dos docentes da EI, para formar um conjunto de informações que subsidiassem o desenvolvimento do Projeto de Intervenção em uma proposta de gestão democrática.

O Projeto de Intervenção proposto para a Escola Independência partiu do pressuposto que o espaço escolar é muito importante para o desenvolvimento de alunos com deficiência, pois geralmente este espaço constituísse na única oportunidade de socialização e interação destes sujeitos fora do âmbito familiar. A escola passa a ser então, o lugar onde eles passam grande parte do seu dia e onde tem a oportunidade de conviverem com uma realidade diferente. Mas, as instituições escolares nem sempre oferecem as condições ideais ou suficientes para que estes sujeitos possam ser incluídos de fato.

Ao ingressar na escola regular, muitas barreiras norteiam sua caminhada como: o despreparo dos professores, dos membros da instituição e, a falta de estrutura física e pedagógica da escola. Muitos dos alunos com necessidades especiais possuem uma situação sócio econômica precária, o que o impede de ter outros acompanhamentos que lhe proporcionassem desenvolver competências básicas para lidar com suas limitações (pediatras, fonoaudióloga, psicólogo, psiquiatra entre outros). O PPP das escolas deveria tratar os alunos incluídos como protagonistas no cotidiano escolar preocupando-se em reconhecer o lugar desses jovens como participantes especiais na construção da nova realidade escolar que agora deve conviver com as diferenças. Com isso novos desafios são postos à escola e a todos que fazem parte dela.

Cabe destacar que não basta garantir a matrícula destes alunos na escola regular. É preciso que haja atendimento que garanta as condições de permanência, além de suporte oferecido por outros serviços como saúde e assistência social.

Para realizar o Projeto de Intervenção - PI foram necessários vários estudos e muitas pesquisas, para tanto utilizei vários textos e autores, que constituem o Referencial Teórico, apresentado no capítulo 2 deste trabalho. Ali abordo noções do PPP e Gestão Democrática a partir das leituras de Veiga (2013), que enfatiza a necessidade de se romper com a separação entre concepção e execução, entre pensar e fazer e teoria e prática. Nessa mesma linha para tratar educação, do direito à me pautei-me em Cury (2002). Para trabalhar o tema da Inclusão apoiei-me em Silva e Arruda (2014); Mantoan (2003), que abordam o tema em diferentes perspectivas.

No capítulo 3 trato da metodologia escolhida, que foi a pesquisa-ação na perspectiva colocada por Franco (2005). Segundo esta autora nesta forma de pesquisa os sujeitos envolvidos têm mais participação e, com isto, há maior envolvimento na busca por soluções para os problemas apontados.

As ações desenvolvidas na Escola Independência foram realizadas as terças-feiras, no turno da noite, tendo sido organizadas em um cronograma e consistiram em reuniões pedagógicas e administrativas, voltadas para equipe diretiva e pedagógica, professores, funcionários e comunidade escolar. Nestes espaços de debate e reflexão, todos foram convidados a ressignificar a Inclusão na Escola. No capítulo 4 deste trabalho estas ações são descritas e analisadas.

No capítulo 5 apresento as considerações finais, onde destaco que à medida que o Projeto de Intervenção foi avançando e sendo desenvolvido, o grupo foi ficando mais coeso e seguro. Aos poucos todos estavam participando, debatendo, dando sua opinião, concordando ou discordando. Concluo minhas reflexões apontando que acredito estarmos no caminho de atingir nosso objetivo inicial. Destaco ainda, que a pesquisa-ação possibilitou partirmos de uma situação concreta e, após estudos e trocas de experiências, onde também ocorreram momentos de frustração conseguimos realizar pequenas transformações. Surgiram novos elementos a partir das pesquisas e aos poucos todos os envolvidos já tinham um novo olhar para a situação da Inclusão na Escola. Finalizo apontando que fomos coletivamente trilhando um novo caminho para a Inclusão na EI, novas possibilidades e ações coletivas que com certeza já mudaram um pouco o perfil da escola acomodada, inflexível e sem perspectivas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desenvolvido neste capítulo do trabalho pretende abordar quatro temáticas alinhadas e abrangentes. Esta organização em subitens busca desenvolver os temas de modo a esclarecer e envolver o leitor. O primeiro assunto apresentado é a gestão democrática como princípio constitucional que orienta a oferta do ensino público. O segundo tema aborda aspectos relativos à necessidade e construção do PPP, como um processo que dá consecução ao exercício da gestão democrática. Na sequência, como terceiro subitem é revisto os conceitos do direito a educação. O quarto ponto a ser desenvolvido é a educação inclusiva, tanto naquilo que se afirma do direito de todos estarem preferencialmente na escola regular, como nas dificuldades que se apresentam na prática deste preceito da legislação. A proposta da divisão do trabalho em itens serve para enfatizar os conteúdos em análise, buscando facilitar a leitura e compreensão dos textos enunciados.

2.1 OS CONCEITOS E A PRÁTICA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

Ao tratarem da democracia no ambiente escolar Azevedo e Mendonça (s.d., p.3) afirmam que “A escola é um espaço de encontro – de múltiplos sujeitos, de idéias; de conflitos – dos diferentes, dos que pensam diferente e de negociação – dos conflitos, das múltiplas idéias. ”

Esta concepção de que no espaço escolar possam estar presentes os diversos pensamentos e compreensões sobre o que acontece naquele espaço é recente na história da educação brasileira. Foi preciso que o princípio da gestão democrática fosse definido como um dos princípios constitucionais para o ensino público para que, na prática, as contribuições dos diferentes integrantes da comunidade escolar passassem a ter valorização. Com isto, a gestão democrática passou a fazer parte das normativas nacionais, consistindo a partir de então, como afirma Cury (2005, p.18), em “[...] um princípio do Estado nas políticas educacionais que espelha o próprio Estado Democrático de Direito e nele se espelha, postulando a presença dos cidadãos no processo e no produto de políticas dos governos. ” Para o mesmo autor (2005, p.18) este modo de gestão deve, ainda, aliar simultaneamente

“[...] transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência. ”

Em análise apresentada por Monteiro (2007), a gestão democrática é vista como:

[...] um ideal de educação baseada em princípios que contemplam os interesses comunitários, ao garantir descentralização, autonomia na tomada de decisões, ampla participação e efetiva formação e informação aos participantes para que programem as mudanças na formação dos alunos. Seus processos visam organizar a escola para a tomada de decisões e funcionamento de forma participativa, procurando colocar em prática as decisões sobre os objetivos e utilização dos recursos. (MONTEIRO, 2007, p.365-366)

A inclusão deste ideal na legislação se deu em um determinado momento histórico, de luta pela democratização do país. Com isto, mesmo que não houvesse a concordância de determinados setores da sociedade, este modo de organização da gestão da escola pública passou a fazer parte do cotidiano educacional e a participação da comunidade escolar passou a ser uma das condições para que ela se efetivasse, pois como argumenta Veiga (2013, p.162) este modo de gestão “[...] visa romper com a separação entre concepção e execução, entre pensar e fazer, entre teoria e prática. ”

Este processo de pensar, de construir uma concepção que contemple a participação dos diferentes sujeitos que compõem a comunidade escolar tornam concreta a gestão democrática, pois como coloca Cury:

Voltada para um processo de decisão baseado na participação e na deliberação pública, a gestão democrática expressa um anseio de crescimentos dos indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade enquanto sociedade democrática. Por isso a gestão democrática é a gestão de uma administração concreta. (CURY, 2007, p.494)

As formas concretas de viver a gestão democrática na escola passam por princípios que estão estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN sancionada em 1996. Segundo o artigo 14, cada sistema de ensino deve definir suas próprias normas para a gestão democrática e, para tanto, elas deverão seguir dois princípios:

- I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996)

É na articulação destes dois princípios que cada escola deve pensar a elaboração do Projeto Político-Pedagógico como parte do processo de efetivação da gestão democrática.

2.2 A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O Plano Político Pedagógico define a identidade da escola e indica caminhos para a construção de um espaço de responsabilidade e liberdade, que assegura uma gestão democrática. É importante pontuar que o PPP é um *projeto* porque inclui propostas de ações que norteiam o desenvolvimento escolar; *político* porque a escola é um espaço que forma cidadãos críticos, preparando-os para conviverem bem na sociedade e, por fim, é *pedagógico* porque elabora todo o material e projetos ligados ao processo de ensino-aprendizagem.

Considerando o princípio da gestão escolar democrática, o processo de elaboração do PPP não pode deixar de fora a participação colegiada dos diversos segmentos/ instâncias representativas da comunidade escolar: Conselho Escolar, Associação de Pais, Mestres e Funcionários, Grêmios Estudantil. É no coletivo que o PPP avança na sua elaboração e eficácia.

Toda a dinâmica para o debate e a elaboração do PPP deve ser orientada pelo exercício da participação dos diferentes segmentos, mas cabe o alerta apresentado por Medeiros e Luce (s.d, p.3) ao ressaltarem que “[...] a participação pode tanto se prestar para objetivos emancipatórios, de cidadania e de autonomia dos sujeitos, como para a manutenção de situações de centralização do poder decisório e do controle de muitos por poucos”. Para que aconteça de fato, é preciso ter presente o que coloca Vitor Paro:

[...] participação democrática não se dá espontaneamente, sendo antes um processo histórico de construção coletiva, coloca-se a necessidade de se preverem mecanismos institucionais que não apenas viabilizem, mas também incentivem práticas participativas dentro da escola pública. (PARO, 1992, p.262-263)

O processo de reflexão exigido durante a elaboração do PPP permite identificarmos e socializarmos os problemas; traçarmos possíveis soluções; detalharmos objetivos e apontarmos diretrizes e ações do processo educativo desenvolvidos na escola. Por essa razão, é responsabilidade de todos, sempre que

se queira ressignificar à cultura escolar - mobilizar esforços para resgatá-lo e repensá-lo. É no fortalecimento do e pelo diálogo que o PPP de uma escola vai traduzir de fato os desejos e anseios da comunidade.

Dentre os diferentes entendimentos sobre o significado do Projeto Político-Pedagógico destacamos a concepção apresentada por Veiga (2013, p.163) que coloca o mesmo como o documento que representa a “[...] identidade educacional da escola que regulariza e orienta as ações pedagógicas.”

A mesma autora (2009) é incisiva quando coloca que:

É necessário que se afirme que o projeto político-pedagógico exige uma reflexão acerca da concepção de educação e sua relação com a sociedade e a escola, o que não deixa de lado uma reflexão sobre o homem a ser formado, as questões vinculadas à cidadania, ao trabalho e à consciência crítica. (VEIGA, 2009, p.164)

Mas, Veiga (2002) faz a seguinte ressalva: o PPP não deve configurar uma peça burocrática para ficar arquivada em algum lugar da escola, mas, sim, em um documento prático, que balizará todos os momentos vivenciados na escola. É importante lembrar que, por ser projeto, o PPP pode ser visto como algo inacabado, que está em permanente construção, análise e avaliação. Sua estrutura deve ser capaz de fazer com que todos enxerguem a escola como ela é o que se propõem a construir e realizar junto com os docentes.

O PPP deve ser flexível e possibilitar que a escola saia da rotina, colocando escola e sociedade em diálogo permanente. O PPP deve sempre orientar o trabalho pedagógico na perspectiva de uma educação de qualidade, bem como de assegurar o direito à educação escolar.

Quando da discussão sobre o PI na escola, as ponderações apontaram para a necessidade de reformulação deste documento com intuito aproximá-lo do que afirma Veiga (2013, p.163) “O projeto político-pedagógico é o documento da identidade educativa da escola que regulariza e orienta as ações pedagógicas. ” Esta reformulação seria a oportunidade, então, de garantir o acesso a permanência e o sucesso escolar dos sujeitos, através de ações comuns, criadas no coletivo. Esses Alunos buscam na escola adquirir novas aprendizagens e conhecimentos, principalmente no caso dos alunos com necessidades especiais. Atualmente o PPP da escola não traz conteúdo sobre a organização do trabalho que assegure o pleno atendimento dos direitos desses Alunos. Será necessário que os profissionais da educação, juntamente com a comunidade escolar tracem propostas (e.g. metas e

ações) que contemplem esse novo aluno. A expectativa que se cria com a reformulação do PPP, é que todos os espaços que integram a escola sejam pensados com a perspectiva indicada por Cury (2007), que vê a escola e, particularmente, a sala de aula como o lugar onde o direito à educação se efetiva.

2.3 DIREITO À EDUCAÇÃO ESCOLAR

O Direito à educação é parte de um conjunto de direitos chamados de direitos sociais que, necessariamente, estão vinculados ao conceito de igualdade entre as pessoas. Este direito é colocado tanto como de responsabilidade do Estado como da família. A constituição brasileira no artigo 205 assim definiu:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Podemos afirmar que esta determinação constitucional embasa os demais direitos que fundam a cidadania, pois ele contribui para o acesso a outros direitos. A educação contribui para que cada pessoa se insira na sociedade e exerça sua condição de cidadão. Ao tratar da importância da inserção na constituição deste direito Cury (2002) afirma que:

O direito à educação parte do reconhecimento de que o saber sistemático é mais do que uma importante herança cultural. Como parte da herança cultural, o cidadão torna-se capaz de se apossar de padrões cognitivos e formativos pelos quais tem maiores possibilidades de participar dos destinos de sua sociedade e colaborar na sua transformação. (CURY, 2002, p.260)

Com a promulgação da constituição, outras normativas também vão tratar de forma mais específica deste direito. Uma delas é a LDBEN/1996, onde no artigo 4º relaciona nove condicionantes mediante os quais este direito se efetiva. O mesmo tema integra também o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069 de 1990, o que ressalta para a sociedade como um todo, a importância e o cuidado que tanto gestores públicos, como legisladores, órgãos de proteção e defesa dos direitos, como família e educadores, devem ter em relação ao atendimento deste direito.

A preocupação por assegurar o atendimento deste direito tem relação com a importância atribuída ao saber. De acordo com Cury (2002), as pessoas ao terem a compreensão da importância:

[...] que o saber tem na sociedade em que vivem, o direito à educação passa a ser politicamente exigido como uma arma não violenta de reivindicação e de participação política.

Desse modo, a educação como direito e sua efetivação em práticas sociais se convertem em instrumento de redução das desigualdades e das discriminações [...] (CURY, 2002, p.261)

Tal colocação é relevante quando temos presente que direito à educação não envolve apenas o acesso à escola. É preciso assegurar tanto a permanência como o sucesso do processo de escolarização. No atendimento destas exigências o gestor passa a ter um papel fundamental para que as práticas pedagógicas sejam promotoras da efetivação deste direito em sua plenitude. Como afirma Cury (2007, p.484), além de necessitar estar garantido na legislação, é preciso que este direito “[...] esteja inscrito no coração de nossas escolas, cercado de todas as condições. Nesse sentido, o papel do gestor é o de assumir e liderar a efetivação desse direito no âmbito de suas atribuições. ”

Tanto a garantia do direito como as condições para que ele se efetive estão hoje alinhadas com outras questões que vem chegando a escola e sendo alvo de muito debate e desestabilização do senso comum que muitas vezes está envolvido no debate pedagógico. Uma delas sem dúvida diz respeito à inserção na chamada escola comum dos alunos com necessidades especiais.

A legislação brasileira é incisiva em afirmar que o acesso e a permanência devam acontecer sem que haja discriminação. Com isto, um dos efeitos foi a alteração das políticas para o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais e principalmente a inserção dos mesmos nas escolas comuns.

2.4 A EDUCAÇÃO ESPECIAL

A LDBEN/1996 estabelece no artigo 59 que cada sistema de ensino deva assegurar de modo específico para todos os alunos currículo, métodos, recursos e organização de modo que sejam atendidas as suas necessidades. A mesma legislação garante ainda a terminalidade específica para aqueles que não atinjam as condições estabelecidas como critério para a conclusão do nível de ensino onde o

mesmo se encontra, em virtude de suas deficiências. Também assegura a aceleração de estudos para aqueles que forem considerados como superdotados.

É importante destacar que tais alterações na legislação são introduzidas, em parte, em decorrência de compromissos assumidos pelo governo brasileiro, a partir da década de 1990. Um dos exemplos é quando, em 1994, o Brasil se torna signatário da Declaração de Salamanca e assume, assim, o compromisso de balizar a elaboração de normativas que respeitem os princípios emanados neste documento.

Convém lembrar que nem sempre a concepção inclusiva para o atendimento dos sujeitos com deficiência esteve presente na sociedade brasileira e, com isto, durante muito tempo eles foram apartados ou escondidos dos espaços escolares. Seja por estarem em escolas exclusivas para o atendimento de um tipo de deficiência, ou mesmo por não terem acesso a nenhum tipo de escolarização formal. Mas a legislação atual, com a perspectiva da inclusão alterou de forma significativa o modo de ver e atender estes alunos.

Após a LDBEN ter sido sancionada, em diferentes oportunidades o Ministério da Educação (MEC) produziu documentos orientadores, além de investir em materiais voltados para a formação de professores, tendo no horizonte subsidiar o debate e qualificar o atendimento a esta população. Além disto, em diferentes ocasiões o Conselho Nacional de Educação manifestou-se por meio de normativas quanto ao tema.

Em 2010 o MEC (2010) publicou um caderno com os marcos orientadores da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Ali está afirmado que esta política tem como objetivo:

[...] o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, [...]. (BRASIL, 2010, p.20)

A partir da entrada em vigência de uma legislação que aposta na perspectiva da inclusão, foi necessária uma adaptação das comunidades escolares. Quanto à inclusão dessas pessoas não só na escola regular, mas também em toda a sociedade.

Outra alteração decorrente do processo de inclusão no ensino regular foi a criação do atendimento educacional especializado (AEE). De acordo com a

Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, exarada pelo Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Básica, institui as diretrizes para este atendimento e, dentre outras questões disciplina que este atendimento, que não substitui as aulas regulares:

Art. 2º O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. (BRASIL, 2009)

A mesma normativa indica que será o profissional do AEE o responsável tanto pela elaboração como pela execução de um plano de atendimento, a ser elaborado de forma articulada com os demais profissionais que prestam atendimento para cada aluno indicado para este atendimento. Além disto, a mesma Resolução estabelece que este atendimento seja institucionalizado no PPP da escola, detalhando a sua organização.

Ao refletir sobre esta exigência, é possível buscar as ligações entre a efetivação da gestão democrática e a efetivação do direito à educação se entrelaçando com o conteúdo do PPP, nos moldes do que coloca Veiga (2009), quando faz a seguinte abordagem:

A gestão democrática exige uma ruptura na prática administrativa da escola com o enfrentamento das questões da exclusão e reprovação e da não permanência do aluno na sala de aula, o que vem provocando a marginalização das classes populares. Esse compromisso implica a construção coletiva de um projeto político-pedagógico ligado aos interesses e necessidades da população. (VEIGA, 2009, p.166)

É oportuno lembrar que até bem pouco tempo atrás a escola pública não possibilitava a inserção de alunos com necessidades especiais nas turmas comuns, ou que ao não proporcionar um atendimento que fosse adequado às necessidades deste aluno, acabava por promover a exclusão.

Cabe lembrar que segundo as normativas em vigência, e os documentos orientadores do MEC, a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa diferentes níveis, etapas e até mesmo outras modalidades, sendo que o atendimento educacional especializado deve acontecer de maneira que possa disponibilizar recursos e serviços que sirvam de suporte para o processo de ensino e aprendizagem se dê no ensino regular nas chamadas turmas comuns.

Do ponto de vista mais efetivo, de como vem ocorrendo na prática a inclusão, é possível afirmar a partir da realidade da escola EI que há muitos limites ainda. O que temos verificado está mais próximo do que Mendes (2006) propõe como reflexão, do que as prescrições feitas nos documentos do MEC:

Entretanto, só o acesso não é suficiente, e traduzir a filosofia de inclusão das leis, dos planos e das intenções para a realidade dos sistemas e das escolas requer conhecimento e prática. É preciso, portanto, questionar: Qual a prática necessária? E o conhecimento necessário para fundamentar a prática? (MENDES, 2006, p.402)

Não é novidade a frequente manifestação de professores apontando para a falta de preparo e formação específica para trabalhar com os alunos na perspectiva da inclusão. Cabe ressaltar que as normativas indicam que o profissional que atuará no atendimento educacional especializado deve ser um profissional possua formação que o habilite como professor além de formação específica para a Educação Especial. A mesma resolução indica que preferencialmente o atendimento ocorra em salas multifuncionais dentro da própria escola, apesar de ainda não ser realidade na totalidade das escolas a existência deste espaço ou a presença do profissional habilitado para este trabalho.

Do ponto de vista pedagógico, quando trabalhamos na perspectiva da inclusão, devemos empreender um movimento de reflexão-ação sobre as ações pedagógicas presentes nas propostas da escola. É fazer com que as ações coletivas, se tornem um instrumento norteador de sequências de unidades de ações comuns, capazes de organizar o processo de ensino-aprendizagem, incluindo de forma qualificada e prazerosa o aluno com necessidades especiais na escola.

Os desafios que a inclusão estabelece são muitos: conscientização da comunidade escolar, preparação continuada da equipe escolar, técnicas e recursos de ensino adequado, adequação e adaptação do currículo, bem como do espaço escolar e por fim envolvimento de pais e da comunidade escolar. Conforme apontam Silva e Arruda (2014) não são poucos os desafios que se apresentam no cotidiano escolar quando temos pela frente a discussão sobre inclusão:

Muitas vezes não sabemos como devemos nos comportar quando nos deparamos com alguém com alguma deficiência. Talvez a falta de formação nos coloque em algumas situações desconfortáveis no nosso dia a dia [...] É importante que os professores, demais alunos e famílias se adaptem ao meio que a criança inclusa está inserida, dando a devida importância para tamanha contribuição na vida escolar dessa criança. [...] É um desafio a todos, principalmente aos profissionais da educação que tem de fato, que atender esses educando com qualidade, para que os objetivos e o

desenvolvimento aconteçam fazendo com que a sociedade valorize a diversidade. [...] Muitos professores possuem o curso de graduação e não se preocupam em fazer um estudo continuado desse trabalho. O professor tem que gostar e se responsabilizar com seu trabalho para que venha desenvolvê-lo com qualidade. (SILVA; ARRUDA, 2014, s.p.)

Pela complexidade do tema, o trabalho desenvolvido no PI esteve voltado para a capacitação dos professores dos anos iniciais, que são vistos pela equipe da escola na perspectiva apresentada por Silva e Arruda (2014):

O professor como mediador deverá promover um ensino igualitário e sem desigualdade, já que quando se fala em inclusão não estamos falando só de deficientes e sim da escola também, onde a diversidade se destaca por sua singularidade, formando cidadãos para a sociedade. (SILVA; ARRUDA, 2014, s.p)

Como muitos deles não se julgam preparados para atender as demandas diárias dos alunos com necessidades especiais, a oportunidade de desenvolver uma pesquisa onde eles possam participar de maneira mais ativa pode ter sido uma oportunidade de qualificação da prática pedagógica desenvolvida na escola.

3. METODOLOGIA

O projeto de intervenção oportunizou uma forma de trabalho que enfatizou a perspectiva da gestão democrática. Promoveu a participação e parceria da escola com a comunidade escolar. Juntas se envolveram na construção e reconstrução de ações, tendo como meta principal o ensino de qualidade, onde o protagonista deve ser sempre o aluno.

A partir desse foco, considerando a base teórica do Curso, foi adotada a Metodologia da Pesquisa-Ação, proposta por Franco (2005). Partindo de diferentes enfoques, essa autora afirma que tal metodologia é um caminho a ser seguido ao buscar a renovação. Desta maneira, à transformação deverá surgir, a partir da interação entre sujeitos e pesquisadores para dar início a novos conhecimentos. Segundo a mesma autora o pesquisador que adota a Pesquisa-ação:

[...] por certo tem a convicção de que pesquisa e ação podem e devem caminhar juntas quando se pretende a transformação da prática. No entanto, a direção, o sentido e a intencionalidade dessa transformação serão o eixo da caracterização da abordagem da pesquisa-ação. (FRANCO, 2005, p.485)

Na escola EI as ações que envolviam uma compreensão de Gestão Democrática eram irreais, pois não se notava nenhum traço de reflexão - ação-reflexão quando se optava por qualquer tipo de decisão. Trabalhávamos com uma gestão com características individualista, sem linha de ação comum e, onde o coletivo não era um critério adotado na instituição.

Tendo presente esta leitura da realidade a compreensão foi no sentido de que seria necessário investir em momentos de formação onde pudesse ocorrer a reflexão sobre a realidade vivida na escola. A proposição do PI exigiu parar e pensar sobre o cotidiano da escola. Assim foi possível efetivar o que propõe Franco (2005, p.483) quando indica “A pesquisa-ação deve ser essencialmente uma pesquisa intencionada à transformação participativa, em que sujeitos e pesquisadores interagem na produção de novos conhecimentos.”

Diante do novo processo era preciso começar o trabalho com ações concretas. Iniciamos fazendo análise de um documento oficial da Escola – Plano Político Pedagógico. Constatamos que era necessária sua reformulação. Partindo da premissa de que esse trabalho era necessário e urgente começamos nossa formação com boas perspectivas.

Quando da definição do foco do Projeto de Intervenção, que foi a inserção do tema da inclusão no PPP da escola, ficou mais claro que a reflexão sobre a prática pedagógica era uma necessidade premente, para isto foi preciso pensar a organização de um cronograma que possibilitasse a participação de todos. Partimos do pressuposto que a escola é o eixo norteador de todo processo de ensino e aprendizagem, e que deve ter a prática voltada para formação de cidadãos.

Para termos idéia de como a comunidade, interagia com o tema da inclusão, cada professor escolheu dentro de sua turma, aleatoriamente, um grupo de pais para aplicar um questionário composto de três perguntas sobre o tema¹. Com a análise das respostas, iniciamos os trabalhos, conhecendo e reconhecendo o perfil da comunidade sobre o assunto.

Seguindo o entendimento do modo como se efetiva a pesquisa-ação, o que se buscou foi o estabelecimento de um diálogo onde, se efetivasse uma postura ativa. Assim, seria assegurado o direito de cada um manifestar seus posicionamentos e, ao mesmo tempo, realizar a escuta no contexto da pesquisa-ação, onde cada um deve colocar-se tanto no lugar de pesquisador como na condição de pesquisado - uma interação constante, na direção do que coloca Franco (2005, p.486), quando afirma que “[...] a voz do sujeito fará parte da tessitura da metodologia da investigação.”

Também é importante ter presente que o envolvimento dos professores com o tema escolhido - o foco do projeto de intervenção - foi indispensável, pois como bem coloca Franco (2005, p.486) “[...] mediante a participação consciente, os sujeitos da pesquisa passam a ter oportunidade de se libertar de mitos e preconceitos que organizam suas defesas à mudança [...].”

Considerando os diferentes momentos de estudo para aprofundar o tema escolhido, o desenvolvimento do projeto de intervenção exigiu que ocorressem momentos de revisão do planejamento, inclusive com a proposição de outras dinâmicas. Nesse sentido, Tripp (2005) discute a necessidade da integração da reflexão com todo o ciclo da pesquisa-ação:

O processo começa com reflexão sobre a prática comum a fim de identificar o que melhorar. A reflexão também é essencial para o planejamento eficaz, implementação e monitoramento, e o ciclo termina com uma reflexão sobre o que sucedeu. (TRIPP, 2005, p.454)

¹ Anexo A deste TCC.

As reflexões que implicaram na revisão das dinâmicas partiram, em muitos momentos, de proposições feitas pelos professores e estavam relacionadas com as ansiedades e dúvidas decorrentes do que cada um deles trazia de experiência da sua prática com alunos de inclusão. Neste movimento, vimos acontecer o que Tripp (2005, p.454) pondera: “[...] a pesquisa-ação funciona melhor com cooperação e colaboração porque os efeitos da prática de um indivíduo isolado sobre uma organização jamais se limitam àquele indivíduo.”

Aos poucos fomos fazendo um levantamento de todas as observações pontuadas durante o processo. Ampliamos as informações para propormos ações que contemplassem a Inclusão.

A escolha das ações a serem implantadas para efetivação do projeto de intervenção teve como prioridade a participação e a reflexão, de forma estas pudesse trazer a qualificação do processo de inclusão de alunos com necessidades especiais. Tal orientação foi norteada pelas afirmações feitas por Franco (2005, p.490) quando ela coloca que desta forma se “[...] busca, ao mesmo tempo, conhecer e intervir na realidade que pesquisa. ” Assim, para a mesma autora (2005, p.490-491) o esperado é que o grupo assuma “[...] uma dinâmica de princípios e práticas dialógicas, participativas e transformadoras. ”

O capítulo seguinte analisará cada uma das ações implantadas. A escolha destas ações se constituiu em um processo construído coletivamente, a partir de trocas de experiências, informações, compartilhamento de conhecimentos e exploração de novas práticas, na perspectiva de efetivar a metodologia escolhida.

4. AÇÕES ANALISADAS

Neste capítulo serão analisadas as ações desenvolvidas em decorrência do Projeto de Intervenção, e que visavam atender as novas demandas sociais, expressas na legislação sobre a inclusão de alunos em escolas do Ensino Básico. Essa nova realidade ofereceu a oportunidade para a revisão do planejamento e desenvolvimento de um conjunto de ações pedagógicas e de comportamento individual. O conjunto desses esforços pode ser dividido em três instâncias: i) os encontros com os professores; ii) A oficina promovida pela Centro Universitário Ritter dos Reis; e iii) o encontro com os pais da EI. Resumidamente, quer-se que o ideário, consolidado por essas práticas (e sua análise), contribua proativamente em direção a plena igualdade e cidadania para toda a comunidade da EI.

4.1 ENCONTROS COM OS PROFESSORES

O PI teve seu início em 02 de dezembro de 2014, a partir da reunião pedagógico-administrativa da EI, onde se expôs ao grupo de docentes a necessidade da renovação do PPP, defasado desde 2002. Em particular, incluir nesse formalmente os termos da política de inclusão de alunos com necessidades especiais nas atividades da EI - o PI, em si.

A partir desta primeira reunião, estabeleceu-se que, regularmente, as reuniões seriam as terças-feiras, no turno da noite, para promover a presença dos professores que atuam nos três turnos² da escola. Para a efetivação do PI, planejou-se um conjunto de oficinas e atividades programadas, entre novembro de 2014 e julho de 2015. Onde, de maneira global, esse conjunto de ações buscava: i) analisar e planejar ações que promovem o valor da inclusão; ii) a participação efetiva do coletivo escolar; e iii) promover mudanças nas concepções individuais e na atuação do corpo docente.

Inicialmente, para realização dessas atividades, os textos de Silva e Arruda (2014) e Mantoan (2003) serviram de referência e motivação para o debate. Os professores foram organizados em grupos, leram e analisaram os textos. Com a intenção de estabelecer um referencial único para o grupo, essas ações esclareceram algumas dúvidas básicas sobre o assunto, estimularam a curiosidade

² No Anexo C deste TCC estão algumas fotos destas reuniões .

sobre diversos aspectos do tema da Inclusão e a prática de implantação no cotidiano da EI.

Partindo do pressuposto que a escola é o eixo norteador de todo processo de ensino-aprendizagem e se caracteriza por ter uma prática voltada para formação de cidadãos, é importante que as pessoas, atuantes no processo pedagógico, tenham uma postura ativa (concordar, discordar, debater, adaptar, interagir e executar ações pertinentes a realidade da escola).

A leitura do texto “Pedagogia da Pesquisa-Ação” (Franco, 2005) orientou nosso trabalho, pois através de sua leitura entendemos que sujeitos e pesquisadores, envolvendo o cotidiano dos alunos, interagindo no desenvolvimento de novas habilidades e ações, criando situações de inteiração em que sejam necessárias posturas mais específicas, todas com intuito de ampliar e ressignificar a Inclusão na escola. A partir do estudo – reflexão - discussão de textos houve uma nova abordagem sobre a inclusão, muito relevante a partir do momento em que, embora conhecêssemos o tema houve dificuldade por parte dos participantes em entendê-lo e em se fazer entender, sendo necessárias novas discussões e outro olhar sobre a inclusão.

À medida que desenvolvíamos os trabalhos, todos estavam participando, debatendo, dando sua opinião, concordando ou discordando, possibilitando a vivência da Gestão Democrática. Por tudo isso, acredito que estamos no caminho de atingir nosso objetivo inicial, pois saímos de uma situação concreta e a partir de estudos e trocas de experiências, e por que não, de frustrações e erros conseguimos realizar algumas (pequenas) transformações. Surgiram novos elementos a partir das pesquisas e aos poucos todos os envolvidos já tinham um novo olhar para a situação da Inclusão na Escola.

Todos entenderam que para realização desse trabalho seriam necessários análises, critérios, conceitos e leituras pertinentes ao tema e a realidade escolar, para se chegar, coletivamente, a propostas específicas. É importante frisar que Pesquisa-Ação não se faz em pouco tempo, e que para se ressignificar um conceito como inclusão são necessários estudos – reflexões – discussões e ações. Houve uma adesão dos docentes aos princípios e idéias propostas para a reconstrução do PPP e contextualização da inclusão na nossa realidade escolar.

Para as primeiras reuniões, realizada em dois dias (16/12/2014 e 04/01/2015) disponibilizamos cópias do PPP atual para estabelecer a primeira

análise do PPP da escola, onde a maioria dos professores declarou que tinham pouco ou nenhum conhecimento sobre o documento, mas reconheceram a importância deste documento como instrumento orientador das ações/ esforços educativos e do cotidiano escolar.

Neste contexto, pudemos evidenciar a pesquisa-ação, pois combinávamos nossas participações ora como sujeitos, ora como pesquisadores, mas sempre tendo como o foco: a resignificação, da inclusão. Assim, pudemos evidenciar a pesquisa-ação, que segundo nos apresenta Franco: “A pesquisa-ação deve ser essencialmente uma pesquisa intencionada à transformação participativa, em que sujeitos e pesquisadores interagem na produção de novos conhecimentos”. (FRANCO, 2005, p.483).

É de suma importância que haja interação de todos, que as mudanças sejam decididas coletivamente e de maneira intensa, favorecendo o processo. Como estávamos no final do ano letivo, foi necessário adiar os estudos dos materiais selecionados para o início do próximo ano letivo.

Nas reuniões de 26 de fevereiro e 10 de março de 2015, foram retomadas as leituras de Silva e Arruda (2014) e Mantoan (2003), onde se tratou dos aspectos da ética e igualdade para a inclusão. Pois como nos coloca Silva e Arruda (2014, p.1): “O planejamento do professor de educação especial não deve ser diferente do professor de classes regulares, pois num sentido mais amplo, deve atender a todos”.

Nessa etapa, a releitura dos textos teve o objetivo de esclareceras dúvidas sobre os aspectos da ética da igualdade para a inclusão.

Cabe observar que, nessa etapa, diversos professores que nunca interagiam de maneira tão intensa, mostraram-se interativos e colaborativos, pois se sentiram engajados no processo.

Nas primeiras apresentações, foi abordada toda a parte histórica da inclusão, com uma linha do tempo que foi bastante elucidativa para o início dos trabalhos, pois trouxe aos professores, um pouco da evolução da inclusão através dos tempos, Na sequência, foi tratado o perfil do professor, neste momento, foram discutidas cenas corriqueiras do dia- a- dia, possibilitando uma discussão sobre problemas e ações vividas pelas docentes no cotidiano escolar. Foi um momento de grande interação entre os grupos, onde foram relatadas as ações e tipos de trabalhos oferecidos aos Alunos.

Na etapa seguinte, foi dada uma noção sobre os tipos de inclusão, com intuito de fazer o grupo conhecer ou, mesmo, reconhecer os tipos de alunos com necessidades especiais, que frequentam nossa escola, no decorrer do ano letivo. Após essas primeiras abordagens, sobre inclusão, demos início, especificamente, ao estudo do tema onde fizemos a releitura do texto de Mantoan (2003). O texto foi retomado, com vistas a aprofundar a temática da inclusão e como estratégia foram utilizadas atividades complementares (vídeos, desenhos, filmes, jogos).

No encontro de 31 de março de 2015³, os docentes continuaram suas apresentações aos colegas, onde usaram diferentes recursos e ferramentas, trazendo atividades variadas para apresentar os resultados das conclusões adquiridas com as leituras, debates e discussões feitas durante todo o período das diferentes etapas trabalhadas. Foram momentos de grande movimento na escola, onde houve a possibilidade de vivenciar a Gestão Democrática através desse trabalho coletivo. Trabalhar nesta perspectiva do coletivo permite que se avalie, de maneira crítica, a proposta de ensino aprendizagem na EI, sem perder de vista os alunos especiais.

No dia 07 de abril de 2015⁴ continuou as apresentações, com as reflexões dos grupos, onde os docentes tentavam se superar, trazendo novas maneiras de apresentar e repassar para os professores, gestores e funcionários as diferentes concepções de inclusão que ora se apresentavam incluindo a exposição dos problemas, enfrentados pelos professores no cotidiano. Os docentes foram reconhecendo algumas falhas pedagógicas, revisando conceitos e reescrevendo ações. Foram sendo elencadas diferenças percebidas durante o processo, buscando entender como o uso de diferentes estratégias e ações poderia ser o caminho para uma nova postura diante das diferenças.

Para dar continuidade ao trabalho, expomos ao grupo uma sequência de questões: Muitos são os caminhos da Inclusão escolar. Qual o caminho certo? Existe um caminho certo? Houve muitas discussões entre os presentes, e com isso, podemos averiguar quem conhecia o assunto, o que sabiam sobre o tema e o que acharam dessa proposta de trabalho. Após esse contato com o tema, através das questões oferecidas, foi importante promover um debate em que todos puderam expor seus pontos de vista, suas ansiedades e dúvidas.

³ A Ata deste encontro integra o Anexo D deste TCC.

⁴ O registro deste encontro integra o Anexo D deste TCC.

Depois de muitas discussões, sobre inclusão, foi necessário que houvesse exploração e análise do tema através de novas leituras que permitissem um aprofundamento, desenvolvimento, evolução, mudanças de pensamento, de ações e até de postura diante dos alunos com necessidades especiais.

No encontro subsequente, os participantes foram organizados, novamente, em pequenos grupos para trabalharem com textos de Mantoan (2003) e Silva e Arruda (2014) onde o tema da inclusão escolar é abordado em diferentes perspectivas. No desenvolvimento deste trabalho a atuação em equipe foi fundamental para a divisão das leituras, assim como para a elaboração das apresentações compartilhadas com o grupo de estudo. Ao propor uma participação mais ativa do grupo envolvido nesta pesquisa, está sendo considerado o que propõe Tripp (2005) quando este enfatiza que a reflexão deva integrar todo o processo da pesquisa ação, não se constituindo em um momento isolado das outras fases.

A cada encontro de formação, os grupos de professores traziam suas contribuições, a partir dos textos trabalhados, e empregarão diferentes recursos e ferramentas em suas apresentações. Durante as explanações, o grande grupo podia fazer intervenções, debater, fazer perguntas e relatar experiências, o que muito contribuiu para o desenvolvimento dos trabalhos. Em cada reflexão coletiva foi buscado uma unidade de ação.

Na reunião do dia 14 de abril de 2015⁵, os grupos apresentaram propostas e sugestões, que vieram acrescentar ao trabalho, algumas maneiras de todos conviverem, mais tranquilamente, com os alunos especiais, promovendo novas práticas pedagógicas que contemplem as atuais inovando as relações sociais diminuindo, assim, como os conflitos do dia a dia. Vemos, portanto, como aconselha Mantoan (2002, p.13) que: “Se o que pretendemos é que a escola, seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que valoriza as diferenças.”

No decorrer dos trabalhos, observamos o avanço nas posturas e linguagem empregada pelos professores durante os trabalhos. O corpo docente manifestava a necessidade de um novo olhar para a Inclusão, e a importância da participação efetiva de toda a Comunidade Escolar no processo, com intuito de fortalecer a Escola, destacando a inclusão escolar e a emancipação humana.

⁵ O registro deste encontro compõe o Anexo D deste TCC.

Houve um momento, de apresentação das conclusões dos grupos, para os professores, gestores e funcionários. Cada grupo usou diferentes recursos e ferramentas (cartazes, linha do tempo, apresentação digital), para a exposição dos resultados das conclusões adquiridas com as leituras, debates e discussões feitas durante todo o período de trabalho dedicado ao tema da inclusão. Os grupos expuseram e desenvolveram todos os tópicos, trabalhados por eles nos textos para o grande grupo e foram comparando de forma dinâmica como a inclusão era trabalhada na escola até o presente momento.

No encontro de 28 de abril de 2015⁶, a apresentação dos resultados dos trabalhos seguiu sua trajetória. Mesmo sabendo, que muito ainda tinha que ser discutido e trabalhado sobre inclusão, os primeiros espaços foi aberto para o desenvolvimento desse processo complexo e lento. Partir da ideia que inclusão parte do princípio que todas são diferenças, mas trabalhar para que todos sejam iguais eis o desafio. E o movimento em torno da inclusão prosseguiu. Novas práticas requerem novas atitudes e, nessa medida, o trabalho com diferentes professores permitiu que se abrissem novas possibilidades de abordagem do assunto propiciando um envolvimento total de todos nesse desafio.

O trabalho seguiu seu curso. No encontro do dia 05 de maio de 2015⁷, os grupos continuaram divulgando aspectos importantes sobre a Inclusão e, finalmente, apresentando ao grande grupo suas conclusões escritas e orais. Através dessas produções, os professores demonstraram que a condição de ser diferente pode ser resolvida ao criar uma comunidade escolar consciente acolhedora, que estimule esses Alunos à participação plena.

Por fim, a partir dos três objetivos globais, descritos no início dessa sessão, i.e. i) analisar e planejar ações que promovam o valor da inclusão; ii) a participação efetiva do coletivo escolar; e iii) promover mudanças nas concepções individuais e na atuação do corpo docente), foi possível avaliar o desempenho do conjunto das ações de promoção da questão da inclusão na EI, como plenamente satisfatório.

4.2 OFICINA DA UNIRITER

⁶ A Ata que registra este encontro é o Anexo E deste TCC.

⁷ O registro deste encontro compõe o Anexo F deste TCC.

Continuando o processo de formação, durante quatro semanas⁸ (de 20 de outubro a 14 de novembro) às alunas do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Ritter dos Reis – UNIRITER, realizaram um Estágio Supervisionado de Docência em Anos Iniciais do Ensino Fundamental ou na Educação infantil. O referido Estágio usou de um período de observação participativa na escola EI desenvolvendo em torno de um tema, problematizado e delimitado com o grupo de alunos. O referido estágio vivenciou a gestão democrática, pois durante esse período as alunas buscaram compreender melhor o Projeto Pedagógico e a ação educativa da Escola. Convidamos as alunas a participarem da nossa formação e, desenvolverem conosco as atividades de resignificação da Inclusão na EI. Houve participação ativa das mesmas em todas às reuniões e atividades do grupo. Junto conosco desenvolveram seu trabalho de formação em Inclusão.

Iniciaram suas atividades, apresentando um vídeo “Bem vindo a Holanda”, que trata a inclusão de forma leve e simples. Foi um momento de reflexão e emoção.

Entre o conjunto das ações da PI, incluía uma oficina temática desenvolvida por três alunas. Nessa atividade, as Facilitadoras iniciaram com a seguinte pergunta motivadora: “*Além dos elementos que vocês já discutiram sobre a inclusão, existem outros aspectos/elementos que gostariam de ver contemplados no PI?*” Assim, a oficina oportunizou ao grupo uma abordagem mais ampla, qualificando ainda mais a proposta de inclusão. Houve uma exposição de vários tipos de inclusões, através da utilização de Power point, músicas e cartazes. O grupo interagiu com as alunas, perguntando, debatendo e trocando experiências. Os professores fizeram várias perguntas que foram respondidas com clareza. .

Terminaram sua apresentação com uma dinâmica: Amigo protetor. Cada professor recebia o nome de um colega e deveria escrever uma mensagem. A atividade foi realizada ao som do Jota Quest – Dentro de um Abraço. Foram momentos de interação, integração e envolvimento de todos.

Essa oficina, que teve três horas de dinâmica, foi desenvolvida durante o turno da noite, no dia 05 de maio de 2015, e contou com a presença de cinquenta e dois professores conforme registro fotográfico⁹.

⁸ Os registros destes encontros compõem os Anexos G e H deste TCC.

⁹ As fotos deste encontro compõem o Anexo B deste TCC.

4.3 ENCONTRO COM OS PAIS

Dando prosseguimento ao desenvolvimento do Projeto de Intervenção, no dia 12 de maio de 2015, aproveitamos a presença de toda comunidade escolar (uma reunião de pais, dia de entrega das avaliações), para propor uma discussão sobre o tema da Inclusão. Na prática, os professores conselheiros de turma (nas salas de aulas de cada turma) palestraram para os respectivos pais, convidando os mesmos a refletir e discutir sobre a questão da inclusão. Desta maneira, enfatizando a responsabilidade que todos temos quando tratamos do tema Inclusão, buscamos incluir os pais na busca por soluções para amenizar os conflitos envolvendo a questão das diferenças. Nesse contexto, a resistência dos pais de alunos “normais” em colaborar com a campanha não é incomum. Pois esses acreditam que uma escola inclusiva possa retardar o desenvolvimento/ potencialidades de seus próprios filhos. Diante disso, é de grande importância que a escola reverta esse quadro ao tratar a questão da inclusão de múltiplas formas, para debelar uma parte significativa dos conflitos que a rotina escolar promove.

Tivemos muitas contribuições dos pais, ocorreram muitas falas espontâneas, dos pais de alunos ditos normais e dos especiais. Houve momentos de emoção, onde os mesmos interagiram esquecendo as diferenças de seus filhos. Nesse momento percebemos que a escola ainda é a possibilidade de emancipação e inclusão escolar. Com todas essas ações e reflexões realizamos o Projeto de Inclusão, traçando novas formas de trabalho, trilhando novos caminhos com a Inclusão.

Após a explanação dos grupos, todos foram convidados a ressignificar a Inclusão na Escola, com ações e propostas de trabalho que contemplassem de forma prática as necessidades de nossa Comunidade Escolar. A partir deste momento foi necessário implantar uma proposta pedagógica e administrativa pautada no coletivo onde: A Escola como um todo é convocada a ser dinâmica, flexível, única, acolhedora, envolvida e democrática no que se refere às diferenças entre seus alunos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de intervenção, que resultou neste Trabalho de Conclusão do Curso de Gestão Escolar, trouxe alguns avanços e também interrogações sobre a questão da inclusão no cotidiano da EI.

Quanto aos avanços destacaria a busca por alternativas para o trabalho cotidiano, onde a ação coletiva permitiu pensar as práticas de inclusão dos alunos com necessidades especiais. Nesse sentido, lembremos que, logo no início desse trabalho, por avaliar que outras alternativas de sinônimos para a categoria de aluno com necessidades especiais (a serem plenamente incluídos no cotidiano da escola) não expressavam/ representavam corretamente esse sujeito, optamos por designá-lo de Aluno. Também, ao buscar alternativas e, conseqüentemente, coletivamente ressignificar as práticas de inclusão dos Alunos - trabalhar para reconstruir o dia-a-dia da escola.

Nesse sentido, enquanto gestor da EI, sistematicamente, me deparo com os desafios de superar nossas limitações. A seguir, listo e descrevo algumas dessas limitações, suas características e linhas propositivas de ação:

- a) A limitação de um **currículo deficiente** para cumprir os novos objetivos das políticas públicas de inclusão. Aqui, surge o desafio de um contínuo engajamento na adequação do currículo escolar para valorizar a inclusão. A proposição: construção da Proposta Estratégica de Implantação de um Plano de Gestão da Implantação da Política de Inclusão na EI;
- b) A limitação dos **recursos**. Neste caso o desafio é adequar os recursos que se possui transpondo as dificuldades por outros meios. A proposição; atenuar o problema utilizando, principalmente os recursos humanos disponíveis, no desenvolvimento das capacidades procurando não deixar de responder as necessidades;
- c) A limitação da **ineficiência na comunicação** do grupo gestor e os demais integrantes do sistema escolar da EI. Assim, o desafio seria estabelecer uma maior dinâmica de troca de informações para facilitar aos Alunos à integração. A proposição, neste caso, seriam reuniões periódicas com pais, professores funcionários e direção, a fim de socializar as discussões objetivando encontrar

caminhos para problemas surgidos no espaço escolar e traçar metas para o bom funcionamento da EI. Fazer um trabalho coletivo (família – escola), com objetivo de manter sempre uma intensa e complexa comunicação com informações claras e transparentes que apontam para o bem de todos;

- d) Quanto à limitação do **despreparo dos professores**, nos cabe o desafio do investimento em formação continuada das pessoas e da equipe da EI. Nossa proposição visa estimular os professores a fazerem cursos de formação, a fim de garantir atualização e aprimoramento das práticas pedagógicas visando uma educação humanizada e consciente da realidade. Propomo-nos fazer parcerias que facilitem essa possibilidade tanto na disponibilidade de tempo quanto no que se refere ao quesito econômico;
- e) Uma das principais limitações que nos defrontamos e que as escolas estão deixando a desejar, quando encontramos instituições **sem estrutura física** para atender as demandas dos alunos. O desafio é proporcionarmos um ambiente escolar acolhedor e seguro para os Alunos. É necessária adaptação de salas, refeitórios, banheiros, entre outros. Diante desses fatos nossa proposição é de salas diferenciadas para ministrar aulas de música, jogos, filmes e hora do conto para aumentar a integração entre os Alunos. O uso de materiais esportivos como corda, bolas para aumentar seu desenvolvimento motor. E para complementar, contar com a sala de recursos, com auxílio da professora responsável pela mesma, para trabalhos mais específicos com os alunos especiais; e
- f) Outra limitação que restringe nosso trabalho é a **incapacidade de acompanhar** a evolução dos Alunos. Desafio encontrado é a falta de atendimento integral do aluno: É importante que a criança inclusa tenha acompanhamento com o profissional de sua deficiência, o que fará a diferença no avanço e no grau de sua deficiência. Nossa proposta visa promover uma maior comunicação com o aluno encaminhado ao atendimento especializado para garantir a eficácia da ação.

Após a realização desse trabalho, o desafio maior será motivar os docentes e discentes a adesão de planejamentos participativos. Onde as decisões sejam transparentes, e sempre adotadas no coletivo. Tudo isso se dá a partir da parceria escola – família. Já existem muitos avanços nessa área, mas muito ainda tem por se fazer. Sabemos que estamos apenas no meio do processo da inclusão e que, reaprender constantemente, com as nossas ações individuais e coletivas, é o que

vai permitir que nos desprendamos do que nos freia nesse processo de ressignificação do nosso papel diante dos alunos especiais.

Trataremos e aperfeiçoaremos o processo da inclusão, contando com apoio de profissionais especializados, através da sala de recursos, onde nossos Alunos, já contam com atendimento diferenciado, a fim de que o processo de inclusão seja em diferentes anos do ensino regular e do EJA. É importante manter a atenção na questão pedagógica, com vistas ao sucesso dos alunos nos diferentes níveis de ensino, tornando-os capazes de tornarem-se cidadão críticos e conscientes da realidade.

A partir da participação e integração entre escola e comunidade escolar, traçaremos objetivos e metas comuns ao novo PPP, tendo como alicerce o sucesso na aprendizagem, buscando construir uma escola igualitária e onde o fazer pedagógico seja voltado e pautado na realidade dos alunos, tornando-os capazes de interagir com o mundo de forma crítica e consciente da realidade que os cercam entendendo a escola como espaço de mobilidade e não de estagnação social.

O Curso de Gestão Escolar me proporcionou uma ampla base de para reflexão, fortalecendo a minha prática de gestão com um novo olhar, onde o fazer pedagógico deve ser constantemente repensado a fim de que possamos respeitar as singularidades dos seus integrantes.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Elder dos Santos; MENDONÇA, Marcela Paula de. **Democracia e cotidiano escolar: a escola como possibilidade de participação**. Texto da Biblioteca do Curso de Especialização da Escola de Gestores, da Sala Ambiente Planejamento e Práticas da Gestão Escolar. Disponível em: <http://escolabompastor.weebly.com/uploads/1/2/5/7/12579111/democracia_e_cotidiano_escolar_-_a_escola_como_posibilidade_de_participacao.pdf> Acesso em: 06.out.2015.

BAPTISTA, Claudio Roberto. **Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados**. *Rev. bras. educ. espec.*[online]. 2011, vol.17, n.spe1, pp. 59-76. ISSN 1413-6538.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm Acesso em: 06.out.2015.

_____. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – LDBEN de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm > Acesso em: 06.out.2015.

_____. LEI Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm > Acesso em: 06.out.2015.

_____, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/Secretaria de Educação Especial**. Brasília: Secretaria de Educação Especial - 2010. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/publicacoes?id=17009>> Acesso em: 07.out.2015.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Resolução CNE/CEB nº4, de 02 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf> Acesso em: 06.out.2015.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. ANPAE. v. 23, n. 3, 2007.

_____. Gestão democrática da educação pública. In: **Gestão democrática da educação**. Programa Salto Para o Futuro. Boletim 19, outubro/2005. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ppi/lib/exe/fetch.php?media=textos:03_gestao_democratica_textos.pdf> Acesso em: 07.out.2015.

_____. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. In: **Cadernos de pesquisa**. nº 116, p. 245-262, 2002. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14405.pdf>> Acesso em: 07.out.2015.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Pedagogia da Pesquisa-Ação**. Educação e Pesquisa, São Paulo, set/dez.2005, v.31, n.3, p.483-502.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. **Inclusão escolar – o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus Editorial, 2004.

MEDEIROS, Isabel Letícia Pedroso de; LUCE, Maria Beatriz. **Gestão democrática na e da educação: concepções e vivências**. Texto da Biblioteca do Curso de Especialização da Escola de Gestores, da Sala Ambiente Planejamento e Práticas da Gestão Escolar.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: v. 11, n. 33, p. 387-405, 2006.

MONTEIRO, Carlos Antonio Ferreira. Gestão democrática como processo de alteração estrutural. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília: v. 88, n. 219, p. 363-389, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/503/514>> Acesso em: 07.out.2015.

PARO, Vitor Henrique. Gestão da Escola Pública: a Participação da Comunidade. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. v. 73, n. 174, p. 255-290, 1992. Disponível em: < <http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/451/456> > Acesso em: 07.out.2015.

SILVA, Ana Paula Mesquita; ARRUDA, Aparecida Lovizatto Medina Martins. **Revista eletrônica Saberes da Educação**. Volume 5, nº 1, 2014. Disponível em: <http://www.uninove.br/marketing/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Ana_Paula.pdf> . Acesso em: 08 de maio de 2015.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. A escola em debate: gestão, projeto político-pedagógico e avaliação. **Retratos da Escola**. Brasília: CNTE, v. 7, n. 12, p. 159-166, jan./jun. 2013.

_____. Projeto Político-Pedagógico e gestão democrática: novos marcos para a educação de qualidade. **Retratos da Escola**. Brasília: CNTE, v. 3, n. 4, 2012.

_____. Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) **Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papyrus Editora, p.11-36, 14^a edição, 2002.

ANEXOS

ANEXO A – Questionário para pesquisa junto a comunidade EI.

EEEF DOM PEDRO I
Pesquisa com a comunidade
Prof (a); Maria do Carmo

Nome do aluno:.....Turma:.....

1. Você sabe o que significa "escola Inclusiva?

.....
.....
.....
.....
.....

2. Você aceita que seu filho(a) conviva com colegas com necessidades especiais?

.....
.....
.....
.....
.....

3. O que você entende por criança com necessidade especial?

.....
.....
.....
.....
.....

ANEXO B – Encontro de formação com alunas da Uniriter



Alunas da Uniriter – Andréia Zago, Lutiana Bernardo e Sílvia Ribeiro



Dinâmica Amigo Protetor – Professora Natália Perez



Dinâmica – dentro de um abraço

ANEXO C – Encontros de formação de professores da EI.



ANEXO F – Atas referentes aos encontros dos professores da EI.

Ata nº 12/2015

Aos cinco dias do mês de maio de dois mil e quinze, às dez e trinta horas, reuniram-se no saguão da Escola D. Pedro I Professores, Direção, Supervisão, Coordenação Pedagógica e Serviço de Orientação Educacional com o intuito de dar continuidade aos trabalhos relativos à Inclusão Escolar, iniciados anteriormente. O 1º grupo abordou a seguinte questão: "Inclusão Escolar - o que é? Por quê? Como fazer?", iniciando com o texto-referência, proposta metodológicas, contextos relacionados à inclusão e inseguranças; como atender este aluno incluído - partindo de paradigmas: "normal" e "deficiente". O grande desafio é compatibilizar diferentes níveis de inclusão, sem excluir possibilidades de acesso e inserção social, adaptando currículos e formas de avaliação. Concluiu-se que há mais integração do que inclusão, pois há necessidades diferentes - como um "caixote de peças" - um ajuste de todas as peças que formam a complexidade de de mudança. O grupo seguinte desenvolveu as razões da Inclusão Escolar, introduzindo conceitos: prática ou práxis? numa escola marcada pelo fracasso, que "exclui" através de "culpas"; todos procuramos justificar e nos vitimizamos - ao invés de questionar conceitos pré-estabelecidos, cristalizados em repetições, nas mesmas práticas. Devemos, sim, evoluir para uma "educação transgressiva", que desperta numa crise e desestabiliza antigos conceitos; porém mudanças que afetaram a verdadeira inclusão. Apesar dos conceitos legais, continuam os preconceitos e a discriminação - as crianças com deficiências ainda não vistas de forma disbarçada. O grupo observou que a educação formal, assim constituída, não poderia

proporcionar a inserção social desejada para todos os alunos. Encerramos a presente ata, pois concluímos mais uma etapa - e assinamos, concludendo de dos os intervenientes numa educação cada vez mais inclusiva. *Assinaturas: Helena Brito, Ana Paula Mesquita, Eli Silva da Paz, Ana Paula Mesquita, Patrícia Galvão, Silvana*

Ata nº 13/2015

Aos doze dias do mês de maio de dois mil e quinze, reuniram-se no saguão da Escola, às dez e trinta horas, a Direção, Professores, Coordenação e Supervisão Escolar no objetivo de dar continuidade aos estudos referentes à inclusão. O primeiro grupo abordou o alvo da mudança necessária do eixo "ensino para todos", reorganizar currículos, distribuindo as tarefas a todos os segmentos: pais, alunos e funcionários; estimular os professores nesta tarefa de não excluir as diferenças. Retiraram a "educação não disciplinar", segundo Galla, formando redes de conhecimento em contraposição a currículos contudistas; rever as formas de avaliação - flexibilizando-as e humanizando-as, atingindo outros níveis de compreensão. O autor do texto intui que o professor capta-se o lidar com a sua realidade, acitando os alunos e a estrutura escolar como é - idealizando a escola e o espaço dentro das "rotinas" e dos momentos diferenciados. O grupo subsequentemente apresentou os tipos de inclusão isto é, o papel do professor na inclusão, de acordo com Ana Paula Mesquita. Trata das expectativas do professor, da localização e adaptação do aluno, das dificuldades na prática do ensino aos alunos incluídos. Cabe aos professores buscar in-

